

Lisbon, 20 November 2009

Launching Colloquy of

« Heritage and Beyond »

a publication on the contribution of the Council of Europe  
Framework Convention on the value of cultural heritage  
for society (Faro Convention)

**Ms Gabriela Canavilhas**

*Welcoming speech*

**"PATRIMÓNIO CULTURAL: IR MAIS ALÉM..."**

COLÓQUIO

FCG – Lisboa | 20 de Novembro de 2009 | 9h30

O Património é um elemento de integração histórica, onde cada sítio e cada monumento, para além do seu valor cultural próprio, contêm ainda um valor relacional de contextos e significados mais amplos, que proporcionam oportunidades de comunicação e conhecimento mútuo entre pessoas, comunidades e povos, ultrapassando barreiras culturais e fronteiras territoriais.

Quando em 2005, os estados membros do Conselho da Europa, reunidos em Faro, elaboraram uma Convenção dedicada à reflexão sobre o valor do Património Cultural para a sociedade, expressaram o reconhecimento de que a preservação do património cultural e a sua utilização sustentável têm por finalidade última o desenvolvimento social e a qualidade de vida.

Importa recordar que, de igual modo, concordaram encorajar a reflexão sobre a ética e métodos de apresentação do património, bem como o respeito pela diversidade de interpretações; acordaram ainda que aumentar o conhecimento do património significa facilitar a coexistência pacífica, promovendo a confiança

e a compreensão mútua, contribuindo assim para a resolução e prevenção de conflitos.

Recordo, ainda, o compromisso de utilizar todos os aspectos patrimoniais para enriquecer os processos de desenvolvimento económico, político, social e cultural. E o de promover uma abordagem integrada das políticas relativas à diversidade cultural, biológica, geológica e paisagística, tendo em vista um equilíbrio entre estes elementos.

A Convenção de Faro sublinha, pois, a noção de valor que o património cultural acrescenta à sociedade, fruto da herança e memória que procuramos preservar, mas também do que legamos, permitindo a sua vivificação e a criação para o futuro.

A difusão destes valores e princípios é fundamental para o envolvimento de todos neste processo. A colaboração e o envolvimento das populações locais são decisivos, mas também a valorização da ligação com a contemporaneidade é incontornável. Com efeito, o conhecimento do património que advém da sua preservação e estudo, aumenta a consciência de raízes, da história de vida e de pertença, em suma, constrói a memória e a identidade - e só conhecendo bem o nosso passado podemos projectar e inventar o futuro.

A complementaridade entre a defesa de património e o fomento da criação cultural, que decorre da Convenção de Faro, reafirma o carácter central da cultura na sociedade do conhecimento e da informação, na medida em que constitui um instrumento de aprendizagem, divulgação e estímulo, mas também de criação de massa crítica, de competitividade da oferta e de valorização regional, potenciando ainda a internacionalização da cultura portuguesa.

Contudo, é inegável a transferência de valor cultural para outros sectores, permitindo-me destacar a contribuição transmitida para o sector económico. O reconhecimento desta realidade é particularmente relevante porquanto, em Portugal, foi recentemente criado um programa paradigmático na forma como potencia o valor gerado pelo património imóvel classificado junto de empresas, profissionais e populações.

Refiro-me ao Programa de Recuperação do Património Classificado, também denominado Programa Cheque-Obra, criado por Resolução do Conselho de Ministros, que prevê que as empresas de construção civil e obras públicas aderentes prestem, voluntariamente, para a conservação e restauro de imóveis classificados ou em vias de classificação, uma doação em espécie, em obra, em valor equivalente a 1% do preço de cada empreitada pública de valor igual ou superior a 2.5M€ que lhes seja adjudicada.

O Cheque-Obra constitui uma iniciativa exemplar na forma como estimula a parceria público-privada e a cooperação interministerial (envolve o MC/MOPTC/MFinanças/MTrabalho/MEducação), contribuindo de forma estratégica para a qualificação de recursos humanos, para a criação de emprego e para a coesão territorial.

Em pouco mais de 9 meses, o programa gerou mais de 2M€ em obras de recuperação do património imóvel classificado, afirmando-se como elemento catalisador de vários agentes e como factor de grande potencial para o fomento e desenvolvimento sócio-económico.

Mas é também um modelo replicável, numa lógica de desenvolvimento do sector cultural e criativo, cujo potencial na óptica da criação de emprego e riqueza é particularmente relevante no actual contexto nacional e internacional.

A evolução das sociedades modernas tem produzido uma forte interpenetração entre a economia e a cultura. Os conteúdos culturais moldam cada vez mais a produção, distribuição e consumo de bens e serviços económicos, e a Cultura, com particular destaque para o Património, enquanto factor de competitividade, tem surgido como dimensão recorrente das estratégias de desenvolvimento local, regional e urbano.

A construção dinâmica de uma nova visão de “Cultura” exige a consideração de vários pilares de interação, onde se incluem a articulação entre actividades culturais e actividades económicas, entre cultura e educação, e entre cultura, turismo e desenvolvimento, bem como a consideração do impacto transversal das tecnologias de informação e comunicação que moldam a transformação das sociedades actuais.

Os dados disponíveis relativamente ao sector cultural e criativo, nomeadamente o Estudo sobre os Sectores Cultural e Criativo em Portugal, do Professor Augusto Mateus que será publicamente apresentado muito em breve, sustentam a convicção de que a aposta numa acção cultural transversal, que estabeleça ligações com as restantes políticas sectoriais do Governo, permitirá resultados mais eficientes na consolidação do tecido empresarial e na criação de valor económico-social para o país.

Aliás, o posicionamento de Portugal no referencial global das economias da União Europeia, designadamente, na dimensão absoluta das actividades culturais e criativas permite concluir a existência de margem para crescimento e consolidação.

Estamos assim perante novos desafios de desenvolvimento da Cultura, a requerer uma cada vez maior transversalidade com outros sectores da vida cultural, social, educativa e económica

das sociedades contemporâneas. Sem esquecermos que a sua divulgação e promoção se apoiam crescentemente nos suportes digitais de novas tecnologias, o que lhe acrescenta uma dimensão adicional de contributo para o desenvolvimento da sociedade do conhecimento e da informação.

Desta forma, se alargará no presente e se projectará no futuro. Na construção das nossas identidades locais, regionais, nacionais e, na verdade, também de uma identidade a nível europeu, constatamos o enorme potencial de benefícios da memória colectiva, da partilha do conhecimento, de diálogo intercultural, de coesão social e de desenvolvimento económico sustentável.

O Património oferece-nos, pois, este desafio e oportunidade de, no reconhecimento da sua fundamental importância para a nossa história e identidade, dele fazermos um também fundamental factor de desenvolvimento sustentado, desde que envolto numa visão inovadora de eficiente e eficaz aproveitamento da sua transversalidade cultural, educativa, social, económica e política.

Termino com uma máxima de grande simplicidade que nos obriga à humildade de nos reduzirmos à nossa dimensão transitória: Nós não somos donos do Património – somos apenas os seus protectores, cuidamos dele temporariamente para o entregar à geração seguinte, a quem competirá fazer o mesmo,

sempre com o espírito e a responsabilidade de que estamos a cuidar de algo que não é nosso, mas sim de quem vem a seguir.